



BANCO DA AMAZÔNIA

Movimentando a Amazônia. E a sua vida.

**PLANO DE APLICAÇÃO
DOS RECURSOS PARA 2010**

ESTADO DO PARÁ

2010

DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES
Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA
Diretor de Análise e Reestruturação

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO
Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA
Diretor Comercial e de Distribuição

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	6
2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE	8
3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	11
4. ESTADO DO PARÁ: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS	17
5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	50
6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS	53
ANEXOS	56
<i>ANEXO I - INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010</i>	<i>57</i>

APRESENTAÇÃO

Este **Plano de Aplicação dos Recursos para 2010** é produto do Encontro Estadual de Planejamento para a Aplicação dos Recursos operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizado no dia 28 de julho de 2009, no auditório da Faculdade Ideal (FACI), em Belém (PA), o qual foi organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia e contou com a efetiva participação dos agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado, refletindo a sinergia e o compromisso interinstitucional com a questão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Referido Plano foi concebido com a finalidade de ser uma importante ferramenta orientadora da atuação do Banco da Amazônia no Estado e encontra-se estruturado em seis capítulos que tratam das características, oportunidades e desafios da Região; do meio ambiente inserido à política socioambiental do Banco da Amazônia e ao empreendedorismo consciente; das políticas e estratégias do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável; do perfil geoeconômico e prioridades econômicas do Estado; da programação financeira a ser executada e dos resultados socioeconômicos esperados com a aplicação dos recursos.

O Banco da Amazônia tem consciência de que o desenvolvimento regional perpassa, fundamentalmente, pela formulação de estratégias que estejam alinhadas ao novo modelo de desenvolvimento baseado em negócios sustentáveis, que atendam às necessidades de sobrevivência no presente e que assegurem, também, qualidade de vida às gerações futuras. Sob essa perspectiva, vem reorientando suas ações para apoiar empreendimentos inseridos em arranjos produtivos locais, aglomerados econômicos e projetos sustentáveis, de modo a valorizar as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promover a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, esperamos com este Plano dar mais um passo no aperfeiçoamento da política de alocação de recursos do Banco da Amazônia, priorizando a oferta de crédito para empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição para que a Região Amazônica possa atingir patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Aos parceiros que atenderam ao nosso convite para contribuir nesta iniciativa de trabalho participativo em benefício do conjunto da sociedade local, em nome da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia e de seus empregados, externo a nossa gratidão e conclamamos a todos para que juntos possamos estar realizando o melhor possível visando o desenvolvimento do Estado, da Amazônia e do nosso País.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR
Presidente do Banco da Amazônia

1. AMAZÔNIA: CARACTERÍSTICAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

1.1. CARACTERÍSTICAS

A Região Amazônica possui uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km², correspondente a 60% do território nacional, sendo composta por 9 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Sua população atual é de aproximadamente 23,6 milhões habitantes com densidade demográfica de 4,6 hab/Km², sendo que mais de 60% residem em áreas urbanas. O Produto Interno Bruto (PIB) da Amazônia é de R\$ 162,4 bilhões, equivalente a 7% do PIB nacional.



1.2. OPORTUNIDADES

A importância estratégica da Amazônia no cenário internacional aponta para o surgimento de novas oportunidades de desenvolvimento sustentável para a Região destacando:

- A existência de um patrimônio natural com uma imensa riqueza biológica, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos;

- A floresta amazônica (que congrega 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo) reúne a maior reserva mundial de biodiversidade, 3,5 milhões de hectares de floresta virgem, 750 espécies diferentes de árvores e o maior banco genético do Planeta;
- A condição natural de uma das mais importantes províncias minerais da Terra, com perspectivas de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás em seu território;
- O elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do País;
- A disponibilização de extraordinária fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este último encontrado nos manguezais; e
- O desenvolvimento do agronegócio regional envolvendo produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

1.3. DESAFIOS

A transformação das imensas possibilidades que a Amazônia dispõe em reais oportunidades de negócios sustentáveis depende, fundamentalmente, da capacidade dos agentes públicos e privados que atuam no processo de desenvolvimento regional construir arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias visando à superação dos desafios inerentes a uma região com as características e complexidades da Amazônia. Entre as ações necessárias para a superação desses desafios estão:

- A implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção;
- A promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva;
- A elevação do nível de organização e o fortalecimento das micro e pequenas empresas;
- A melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região; e
- A capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

2. MEIO AMBIENTE: POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL E EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

2.1. POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos que sejam internalizados em prol das populações locais, torna-se premente a adoção de um novo padrão de financiamento que esteja adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais.

Nessa perspectiva, a Política Socioambiental do Banco da Amazônia busca incorporar os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais.

Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada Estado. Isto significa que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica deverão receber tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas serão instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

O Banco da Amazônia, mediante a exclusão na concessão de financiamentos, não apoiará atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

2.2. EMPREENDEDORISMO CONSCIENTE

No limiar do século XXI, a variável ambiental ganhou status de geradora de produtos e serviços, assumindo condição estratégica e indispensável para a conquista de novos mercados, considerando as exigências da sociedade moderna pelo consumo de produtos gerados em processos e sistemas de produção sustentáveis.

Sob essa ótica, a sociedade do século XXI vem experimentando profundas modificações comportamentais. No campo econômico, a crescente preocupação socioambiental revela-se uma extraordinária mudança no paradigma capitalista onde as empresas não podem ter o lucro como única preocupação e objetivo, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade são considerados cada vez mais determinantes nas decisões dos consumidores, dos governos e de toda a sociedade organizada.

Essas mudanças tendem a se tornar ainda mais dinâmicas num mundo globalizado visto que os segmentos empresariais buscam incessantemente novas estratégias de venda para conquistar os consumidores cada vez mais exigentes, principalmente na área de alimentos, e as empresas exportadoras, igualmente, são desafiadas para romper as barreiras de ordem ambiental impostas pelos maiores mercados.

Embora no comércio internacional a questão ambiental venha sendo debatida desde a década de 1970, somente no final da década de 1990 é que tais mudanças se tornaram mais perceptíveis, quando os países mais desenvolvidos começaram a estabelecer restrições para acesso aos seus mercados através de medidas sanitárias, rastreabilidade do produto, rotulagem ambiental ou por meio de certificação do produto, a exemplo da madeira e também pela ocorrência de altas concentrações de agrotóxicos e antibióticos em alimentos.

Referida conjuntura impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado e conquista de outros.

Por outro lado, esta nova ordem econômica, na medida em que implica na adoção de processos ambientalmente sustentáveis, exige a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas e/ou propriedades induzindo a abertura de espaços para novos serviços e conseqüentemente mais oportunidades de emprego.

Importante registrar, apesar de todo aspecto de reputabilidade e imagem que os negócios ambientais agregam à moderna empresa, o novo paradigma é fruto, também, da constatação de que a incorporação da sustentabilidade como estratégia de gestão das empresas representa maior eficiência e produtividade. A propagada dualidade entre produção e respeito ao meio ambiente vem sistematicamente perdendo a força, em decorrência da existência cada vez maior de exemplos práticos de negócios sustentáveis.

A poluição é antes de tudo uma ineficiência, ou seja, os resíduos decorrentes do processo produtivo são derivados do não aproveitamento completo do insumo utilizado, ou de suas propriedades, representando um elevado custo agregado ao preço final dos produtos, em função dos processos de destinação final e tratamento. Dessa forma, novos processos produtivos, mais racionais em uso de recursos naturais, bem como a reutilização de resíduos para outras atividades, representam uma maior eficiência no uso dos insumos resultando em maior produtividade para a atividade econômica.

Isto significa que essa nova dinâmica produtiva consolida a mudança de paradigma indo além da transformação resultante dos aspectos mercadológicos que a imagem de empresa socioambiental responsável pode agregar. Trata-se de uma nova economia baseada em negócios sustentáveis e competitivos.

No caso particular da Amazônia, a importância da economia em bases sustentáveis cresce exponencialmente, considerando, sobretudo, sua condição de principal reserva de biodiversidade e de água da Terra, bem como ser uma das maiores detentoras de recursos naturais do Planeta. Se do ponto de vista ambiental residem na Amazônia as principais esperanças de equilíbrio do sistema global, principalmente no que se refere às mudanças climáticas, do ponto de vista econômico a Região tem sido alvo da cobiça internacional, dado ao imensurável estoque de riquezas que abriga.

Nessa perspectiva, a Amazônia assume uma importância estratégica que a torna foco das atenções mundiais, inclusive no que se refere ao debate cada vez mais recorrente sobre sua internacionalização. Assim, desenvolver a Amazônia em bases mais sustentáveis, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa a melhor resposta aos defensores da sua internacionalização, mostrando claramente que a sociedade brasileira é suficientemente responsável e madura para ser a guardiã da Região.

3. BANCO DA AMAZÔNIA: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

3.1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Imbuído da Missão de “ *criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente*” o Banco da Amazônia atua com a Visão Estratégica de que, até 2012, todos os clientes, colaboradores, fornecedores, parceiros, a sociedade como um todo, os governos e os acionistas estejam satisfeitos e orgulhosos com os resultados quantitativos e qualitativos do Banco da Amazônia e que a Instituição seja referência em desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e parceiro essencial de organizações do País e do Mundo que queiram participar deste empreendimento.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada na observância dos seguintes Princípios:

- Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- Busca da excelência em todas as suas ações;
- Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- Um “ fazer acontecer” caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;
- Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete Desafios:

- **Indução** – Consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;
- **Fortalecimento** – Fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- **Foco no Cliente** – Orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- **Gestão** – Consolidar o novo Modelo de Gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em Gestão Estratégica, Gestão de Processos e Gestão de Projetos;
- **Infraestrutura** – Desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- **Pessoas** – Fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da Missão do Banco da Amazônia; e
- **Rentabilidade** – Alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

3.3. ALINHAMENTOS ESTRATÉGICOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências.

Através desses alinhamentos estratégicos, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

3.4. O BANCO DA AMAZÔNIA COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atua com o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais através de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter-regionais.

As ações estratégicas do Banco da Amazônia para o desenvolvimento regional sustentável estão alinhadas às seguintes prioridades do Governo Federal para a Região Amazônica:

Apoio à Agricultura Familiar – O Banco da Amazônia tem como prioridade em suas estratégias de ação a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional. Além disso, tem contribuído com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos Estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região.

Estímulo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Em sua ação de fomento para o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia prioriza a concessão de financiamentos às atividades produtivas dos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte. O apoio do Banco da Amazônia a esses segmentos de menor tamanho se dá em consonância com a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entre as ações que o Banco da Amazônia vem desenvolvendo no sentido de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte destacam-se a participação da Instituição no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a parceria com o SEBRAE Nacional, com quem mantém convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia.

Incentivo ao Turismo Regional Sustentável – O setor de turismo representa uma excelente oportunidade para a estruturação de negócios sustentáveis e, principalmente, para o desenvolvimento regional. Para o Banco da Amazônia, que no âmbito de suas atribuições tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional, a alavancagem do setor perpassa, necessariamente, pela construção de um amplo e sólido sistema de alianças institucionais para empreender ações compartilhadas que contribuam significativamente para a dinamização do turismo na Amazônia.

Visando contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Amazônica, o Banco da Amazônia elaborou, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia com a percepção de que mesmo a Região possuindo um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo existem grandes desafios que podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor.

Valorização da Cultura Amazônica – Instituído por meio do Decreto n.º 6.226/07, o Programa Mais Cultura do Governo Federal representa uma iniciativa que tem mobilizado esforços de um conjunto de agentes, como o Ministério da Cultura, os bancos federais e os governos estaduais e municipais, visando garantir mais acesso e condições para que a diversidade cultural brasileira possa se manifestar de forma plena.

Como atua alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio do Programa de Ação “ Amazônia Mais Cultura” , o Banco da Amazônia espera prospectar, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do setor cultural.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Implantado pelo Governo Federal, o PAC tem como premissa básica estimular o crescimento do PIB brasileiro e do emprego, com foco na inclusão social e melhoria na distribuição de renda. As ações e metas do PAC estão voltadas, sobretudo, para o investimento em infra-estrutura, o estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria do ambiente de investimento, à desoneração e administração tributária e às medidas fiscais de longo prazo.

Desde o lançamento do PAC, o Banco da Amazônia tem contribuído com esse esforço do Governo Federal no sentido de retomar a capacidade orientadora do Estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia no âmbito do PAC contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia.

Incentivo à Formação de Arranjos Produtivos Locais – A estratégia de arranjos produtivos locais incentiva o cooperativismo entre os agentes produtivos e ao mesmo tempo, dada a sua capacidade de congregar elementos de competitividade, permite a montagem de uma rede integrada e sinérgica entre instituições de pesquisa, tecnologia, educação, transportes, crédito, infra-estrutura e produção.

Com essa percepção, o Banco da Amazônia atua como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia.

Participação no Programa Banco para Todos – O Banco da Amazônia participa, ao lado das demais instituições financeiras públicas federais, do Programa Banco para Todos de iniciativa do Governo Federal. Esse importante programa de inclusão bancária possibilita o acesso aos serviços bancários à população excluída do sistema, especialmente aos trabalhadores informais e aos de baixa renda.

A atuação do Banco da Amazônia no Programa Banco para Todos se dá mediante a concessão de crédito à população de baixa renda, por meio de operações de microcrédito voltadas, principalmente, para a aquisição de bens de consumo e de pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura.

Apoio ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Em adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, o Banco da Amazônia implantou o Programa “ Amazônia Florescer” , atendendo, dessa forma, o disposto na Lei N.º 11.110, que determina o emprego de metodologia no processo de concessão e acompanhamento do crédito aos microempreendedores que atuam no mercado informal.

O Programa e a metodologia garantem melhor controle de adimplência em razão de não se limitarem à concessão simples do crédito, e sim buscarem aplicar um programa inovador, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente e com retorno para a instituição supridora dos recursos. O Programa “ Amazônia Florescer” foi concebido para possibilitar o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos seqüenciais, graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio.

Apoio ao Agronegócio Regional – O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional pelo Banco da Amazônia tem oportunizado a estruturação e a alavancagem de importantes segmentos como o de produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, siderurgia, metalurgia, indústria convencional (especialmente o segmento eletro-eletrônico), turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais.

Os investimentos realizados pelo Banco da Amazônia nas atividades da cadeia produtiva do agronegócio regional cobrem um amplo espectro de atores do setor rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários agroindustriais de médio e grande porte, permitindo a inserção competitiva nos mercados nacional e internacional. Exemplo disso tem sido o incentivo à produção do biocombustível na Amazônia envolvendo centenas de famílias que estão diversificando a base produtiva rural da Região mediante o aprimoramento da produção do biodiesel.

Estímulo à Pesca e Aquicultura – O Banco da Amazônia estimula o incremento da produção pesqueira regional, financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aqüicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional. O apoio a este importante segmento da economia regional se reveste de elevada significância como instrumento de fortalecimento ao Programa “ Fome Zero” do Governo Federal.

4. ESTADO DO PARÁ: PERFIL GEOECONÔMICO E PRIORIDADES ECONÔMICAS

4.1. PERFIL GEOECONÔMICO

O Estado do Pará possui uma superfície de 1.247.689,5 Km² (24% do território da Região Amazônica) e população de 7.065,5 mil habitantes com densidade demográfica de 5,66 hab/Km², estando localizado na Amazônia Oriental. Atualmente, o Estado é composto por 143 municípios, sendo os principais Belém, Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal e Abaetetuba. Suas fronteiras territoriais são com o Suriname, a Guiana Inglesa, o Oceano Atlântico e os Estados do Amapá, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Amazonas e Roraima.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Pará é da ordem de R\$ 39,1 bilhões (equivalente a 1,82% do PIB nacional) enquanto o PIB per capita corresponde a R\$ 5,54 mil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 52%.

A base produtiva do Estado do Pará apresenta-se bastante diversificada, fato que tem contribuído para o desenvolvimento de sua vocação exportadora. A pauta de exportação paraense é composta, predominantemente, por produtos básicos e semimanufaturados, destacando-se os produtos de origem mineral e florestal (produção madeireira). As atividades econômicas mais relevantes do Estado são a extração mineral; a produção madeireira; o turismo e o agronegócio, com ênfase na pecuária, produção de grãos, fruticultura, pesca e culturas industriais (dendê e mandioca).

As oportunidades para a realização de investimentos no Estado do Pará apontam, entre outras condições, para a sua localização geográfica privilegiada, a potencialidade hídrica e de recursos naturais, o desenvolvimento de pólos turísticos e agroindustriais e a disponibilidade de energia elétrica.

4.2. PRIORIDADES ECONÔMICAS

O Banco da Amazônia trabalha com o firme propósito de promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis. Nesse sentido, suas estratégias de atuação induzem e apóiam iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerem o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

Sob essa perspectiva, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia em 2010 no Pará estão voltadas para o estímulo aos **Arranjos Produtivos Locais (APL) Selecionados para o Estado**, incentivo aos **Negócios Sustentáveis** e apoio aos **Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**.

4.2.1. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS SELECIONADOS PARA O ESTADO

Para o Estado do Pará, foram selecionados os seguintes Arranjos Produtivos Locais para receberem financiamento prioritário pelo Banco da Amazônia: Aquicultura, Pesca, Fruticultura, Madeira e Móveis, Grãos e Turismo e Artesanato.

A priorização dos APL selecionados não exclui a possibilidade de atendimento, pelo Banco da Amazônia, de outros APL, cadeias produtivas, aglomerados econômicos ou outras formas de organização do setor produtivo, desde que suas atividades sejam pautadas nos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Quadro I, a seguir demonstrado, apresenta o diagnóstico situacional dos APL selecionados para o Estado, contemplando a situação atual dos APL e os principais desafios para o seu desenvolvimento.

Quadro I: Diagnóstico Situacional dos APL Selecionados para o Estado

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Aquicultura	<ul style="list-style-type: none">▪ APL ainda incipiente, mas com grandes perspectivas e oportunidades de estruturação e crescimento▪ O APL encontra-se concentrado nas regiões de Tucuruí (tanques-rede), Castanhal e Paragominas (criatórios de camarão, tambaqui e tilápias)	<ul style="list-style-type: none">▪ Elevar o nível de organização e capacitação dos produtores▪ Conceder licenciamento ambiental▪ Realizar o zoneamento da atividade▪ Adquirir insumos para a produção de alevinos, ração e equipamentos a menor preço
Pesca	<ul style="list-style-type: none">▪ O APL encontra-se instável existindo alguns gargalos e dificuldades de gestão e organização▪ Perspectivas favoráveis a longo prazo com a inserção de novas tecnologias e qualificação/ tecnificação do setor no Estado	<ul style="list-style-type: none">▪ Melhorar a frota pesqueira do Estado▪ Elevar o nível tecnológico para o desenvolvimento da pesca▪ Investir na capacitação de pescadores▪ Melhorar a fiscalização e o controle da atividade▪ Realizar o ZEE pesqueiro▪ Melhorar a infraestrutura pesqueira

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Fruticultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ APL estruturado com elevado grau de diversificação, compreendendo as frutas regionais (o açaí é a mais significativa) e não regionais (laranja e goiaba) ▪ APL formado, sobretudo, por pequenos produtores/ extrativistas que centralizam a venda para cooperativas e empresas que atuam nos mercados interno e externo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevar a produtividade para atender a demanda do mercado internacional ▪ Elevar o nível de capacitação do produtor ▪ Melhorar o acompanhamento e a assistência técnica ao produtor rural ▪ Melhorar o escoamento da produção ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades
Madeira e Móveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ APL em desenvolvimento estando concentrado na região metropolitana de Belém e nos municípios de Paragominas, Tailândia e Marabá 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na verticalização e modernização da produção ▪ Elevar o nível de capacitação dos micros, pequenos e médios empresários
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ APL em desenvolvimento havendo a expansão dos empreendimentos turísticos e a melhoria na gestão de negócios ▪ Baixo nível de cooperação e de ações compartilhadas entre os agentes que atuam no setor ▪ O APL da Região do Marajó (Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras) faz parte do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e deverá receber investimentos do MTur nas áreas de infraestrutura, capacitação e marketing ▪ Deficiente infraestrutura rodoviária e aquaviária 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura de acesso aos Pólos turísticos do Estado ▪ Criar novos produtos, roteiros e pacotes turísticos, bem como opções de permanência do turista no Estado ▪ Reduzir o custo do transporte aéreo no Estado ▪ Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo setor turístico ▪ Investir em treinamento e capacitação gerencial ▪ Investir em propaganda e marketing (divulgação e promoção do Estado) ▪ Elevar o nível de organização do setor

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> ▪ APL com baixo nível de organização necessitando de mais investimentos para a sua estruturação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na qualificação dos artesãos para a diversificação e inovação ▪ Investir em publicidade e marketing ▪ Elevar a escala de produção e capacidade de penetração em mercados externos ▪ Ampliar mercados consumidores para a produção artesanal
Grãos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ APL em formação estando concentrado nas regiões Oeste e Nordeste Paraense ▪ Houve um declínio acentuado na produção de grãos em decorrência das restrições ambientais e redução do crédito para a produção ▪ Dificuldade dos agricultores familiares realizarem o armazenamento e a comercialização da produção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a regularização fundiária das áreas de cultivo ▪ Obter o licenciamento ambiental e a regularização dos imóveis e da atividade ▪ Implementar o ZEE do Estado ▪ Melhorar a infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção (estradas e portos)

4.2.2. OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ESTADO

Desenvolver a Amazônia de forma sustentável, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa o principal desafio dos atores regionais que contribuem no processo de desenvolvimento da Região.

Nesse contexto, o Banco da Amazônia, como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, atua pautado no compromisso de financiar projetos e empreendimentos sustentáveis, que valorizem as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promovam a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Assim, para o Estado do Pará foram identificadas oportunidades para a realização de negócios sustentáveis no âmbito dos segmentos da agricultura familiar, micro e pequena empresa, turismo, cultura, atividade florestal, indústria, projetos estruturantes, agronegócio e comércio e serviços (v. Quadro II).

Foram mapeadas, ainda, oportunidades de negócios sustentáveis nas áreas jurisdicionadas das agências do Banco da Amazônia localizadas no Estado (v. Quadro III). Essas oportunidades de negócios sustentáveis foram identificadas com base em um conjunto de critérios como: capacidade de geração de emprego e renda, maturidade ou tradição na localidade, possibilidade de induzir ou estruturar novos nichos de mercado, potencialidade para formar cadeias produtivas, sustentabilidade socioambiental, nível de organização dos agentes econômicos envolvidos e consonância com as prioridades dos governos estadual e municipal.

Quadro II: Oportunidades de Negócios Sustentáveis no Âmbito dos Segmentos Prioritários

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estímulo do Governo do Estado ao desenvolvimento da agricultura de base familiar estruturada em APL ▪ Reestruturação da EMATER ▪ Criação da Secretária de Pesca e Aquicultura ▪ Lançamento do Programa Campo Cidadão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver pesquisas no âmbito da agricultura familiar ▪ Realizar a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Elevar o nível de organização dos produtores familiares ▪ Capacitar os técnicos que elaboram projetos para o PRONAF ▪ Mapear as áreas propícias para a prática da agricultura e pecuária ▪ Ofertar sementes de boa qualidade para os agricultores familiares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA e MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA): Firmatura de convênio visando estruturar as ATER' s ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantação de centros de reprodução de alevinagem (Santarém e Terra Alta); Realização de ações para fornecer sementes básicas de feijão caupi ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Realização de treinamento voltado para a ATER 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA e MDA: Ampliar o convênio para estruturação das ATER' s ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Treinar técnicos da ATER do Estado sobre crédito rural e elaboração de projetos; Ampliar os financiamentos para os projetos de recuperação de áreas degradadas ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantar novos centros de alevinagem

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CEDRS): Instituição de um Grupo de Trabalho do Plano Safra formado por instituições financeiras, de pesquisa, fomento, comercialização, governamentais e movimentos sociais para atuar na superação dos desafios existentes na agricultura familiar do Estado ▪ EMATER e EMBRAPA: Realização de convênio para o desenvolvimento de pesquisas ▪ EMBRAPA: Instalação de 8 viveiros para produção de mudas frutíferas e essências florestais em parceria com comunidades de agricultores familiares 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EMBRAPA, CEPLAC e EMATER: Aumentar a quantidade de viveiros visando fornecer mudas com qualidade
--	--	--	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ EMATER: Desenvolvimento de projetos para a recuperação de áreas degradadas ▪ CEPLAC: Realização de mapeamento de solos para implantação de lavouras cacauzeiras e outras espécies 	
Micro e Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecimento do Pólo Moveleiro de Paragominas e do Pólo Oleiro-Cerâmico dos Municípios de São Miguel do Guamá e Irituia ▪ Ampliação da legalização de empreendimentos e negócios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expandir a oferta de emprego formal ▪ Melhorar a organização contábil das micro e pequenas empresas ▪ Investir na qualificação da gestão empresarial e da mão-de-obra ▪ Formalizar o Programa Micro Empreendedor Individual (MEI) ▪ Criar Pólos Costureiros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE e SEBRAE: Realização do Programa Contabilizando o Sucesso ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS: Regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em alguns municípios ▪ SEBRAE e FECOMÉRCIO: Divulgação do Programa Empreendedor Individual 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Realizar seminários nos municípios visando a divulgação das linhas de crédito disponíveis para o segmento de micro e pequena empresa ▪ CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS (CDL) e SEBRAE: Firmar parcerias para facilitar o acesso às linhas de crédito disponíveis

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação da linha de crédito Amazônia Giro MPE com bases e condições diferenciadas para as micro e pequenas empresas 	
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo aos Pólos Turísticos Belém, Amazônia Costa Atlântica, Marajó, Araguaia Tocantins, Xingu e Tapajós ▪ A diversidade do potencial natural do Estado do Pará ▪ A localização geográfica do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na melhoria da infraestrutura básica e turística ▪ Estimular o fortalecimento da cadeia turística ▪ Promover treinamento para o <i>trade</i> turístico do Estado ▪ Diversificar as estratégias de promoção do turismo ▪ Diminuir os impactos negativos causados pela sazonalidade, que na época de baixa estação causa desemprego e falência de empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaboração do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia ▪ GOVERNO DO ESTADO: Início das obras do Projeto Via Metrópole; Implantação, através da Companhia de Portos e Hidrovias do Pará (CPH), de transporte via Catamarã “ Álamo” para a Ilha de Marajó visando potencializar o turismo no arquipélago 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaborar o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para o Exercício de 2010 ▪ GOVERNO DO ESTADO: Dar continuidade às obras do Projeto Via Metrópole ▪ BANCO DA AMAZÔNIA e GOVERNO DO ESTADO/PARATUR: Intensificar as ações de parceria para o desenvolvimento do turismo sustentável

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade dos serviços de transporte, água e esgoto e energia elétrica ▪ Facilitar o acesso aos principais atrativos turísticos do Estado ▪ Promover o turismo no Estado em campanhas nacionais ▪ Fortalecer a integração entre governo (federal, estadual e municipal), iniciativa privada, sociedade organizada e comunidades locais visando o desenvolvimento sustentável da atividade turística 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA e GOVERNO DO ESTADO/PARATUR: Firmatura de termo de cooperação técnica visando o desenvolvimento de ações para o fortalecimento do turismo sustentável no Estado ▪ GOVERNO DO ESTADO e SEBRAE: Firmatura de convênio para o desenvolvimento do turismo comunitário (Eixo-Forte em Santarém) 	
--	--	---	---	--

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Desenvolvidas para a Superação dos Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade cultural do Estado ▪ Fortalecimento do Pólo de Artesãos de Icoaraci – Cerâmica Marajoara ▪ Estímulo à criação de empresas do segmento cultural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir em divulgação e marketing ▪ Qualificar os empreendedores do segmento cultural ▪ Definir calendário de eventos culturais no Estado ▪ Preservar e valorizar o patrimônio histórico e cultural do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Concessão de patrocínio aos projetos do segmento cultural; Realização do Projeto “ 5ª Cultural” 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar as ações no âmbito do Programa “ Amazônia Mais Cultura” ; Ampliar a concessão de patrocínios aos projetos culturais; Expandir as atividades do Projeto “ 5ª Cultural”
Atividade Florestal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento da demanda pela madeira tropical ▪ Estímulo ao reflorestamento e ao manejo florestal (plantadas e nativas) ao nível empresarial e comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar mercados para os produtos florestais ▪ Realizar a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Ampliar as pesquisas voltadas aos produtos florestais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Criação do Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO- Biodiversidade) que incentiva a recuperação do passivo ambiental florestal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Concluir o ZEE das regiões Leste e Calha Norte; Incentivar e desenvolver o manejo florestal comunitário em áreas de assentamento e de mini e pequenos produtores rurais

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lançamento do Programa “ Um Bilhão de Árvores para a Amazônia” ▪ A Operação Arco Verde do Governo Federal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura logística ▪ Fortalecer as parcerias institucionais visando o desenvolvimento do manejo florestal comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNOS FEDERAL e ESTADUAL: Implementação da Operação Arco Verde ▪ GOVERNO DO ESTADO: Apoio à pesquisa para utilização dos produtos florestais; Agilização do processo de licenciamento ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar a atuação nas cidades atendidas pelo Mutirão Arco Verde
Indústria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento e reestruturação dos distritos industriais do Estado ▪ Expansão da indústria da mineração, indústria de base e siderurgia ▪ Lançamento do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as parcerias institucionais visando a alavancagem do setor industrial do Estado ▪ Investir na qualificação da mão-de-obra ▪ Implantar novos distritos industriais no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Ativação do Fórum Paraense de Competitividade o qual visa contribuir para a melhoria da competitividade da indústria paraense 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Reestruturar, através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI), os Distritos Industriais de Marabá, Santarém e Ananindeua

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estímulo ao desenvolvimento da cadeia do ferro, cobre e bauxita ▪ Formação de clusters minerais no Estado ▪ Investimentos nos Pólos Grande Belém, Carajás e Tapajós 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Estímulo às exportações mediante apoio financeiro às empresas exportadoras do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Expandir a oferta de crédito para o segmento
Projetos Estruturantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial energético e mineral do Estado ▪ Disponibilidade de portos e aeroportos ▪ Criação de parques de ciência e tecnologia (Pólos Belém, Santarém e Marabá) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a oferta de recursos para aplicação em projetos estruturantes ▪ Intensificar as parcerias entre os agentes públicos e privados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Apoio financeiro aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Realização de financiamentos para projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC; Incentivar a implantação de novas PCH's e linhas de transmissão

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e PREFEITURAS: Desenvolvimento de estudos para avaliar o potencial energético dos municípios e a possibilidade de se construir hidrelétricas de até 10.000KVA 	
Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento das exportações do Estado ▪ Potencialidade do Estado para a produção de biodiesel ▪ Existência de agroindústrias da cadeia de diversos produtos ▪ Fortalecimento do rebanho bovino (pecuária de corte e leite) ▪ Disponibilidade de frigoríficos e laticínios 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Investir na formação de mão-de-obra especializada ▪ Ampliar as pesquisas voltadas para os produtos da cadeia do agronegócio do Estado ▪ Trabalhar alternativas para a aquisição de insumos ▪ Conquistar mercados consumidores para os produtos do agronegócio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA e GOVERNO DO ESTADO: Firmatura de acordo de cooperação para utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do protocolo da Licença Ambiental Rural (LAR) e do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) da área de reserva a ser recomposta, quanto a investimento pecuário que necessita da manifestação da SEMA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar a atuação nas cidades atendidas pelo Mutirão Arco Verde ▪ GOVERNO DO ESTADO: Concluir o ZEE das regiões Leste e Calha Norte

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perspectiva de crescimento da demanda de pimenta do reino, face previsão de queda na produção do Vietnã (maior produtor mundial) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura logística ▪ Adotar inovações tecnológicas para a pecuária leiteira ▪ Melhorar a estrutura dos órgãos de gestão ambiental visando maior celeridade aos licenciamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNOS FEDERAL e ESTADUAL: Asfaltamento da Transamazônica para viabilizar a produção de cana (álcool e açúcar) 	
Comércio e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) ▪ Expansão do setor terciário da economia do Estado ▪ Criação da Universidade Federal do Oeste Paraense ▪ Investimentos na malha viária do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificar a gestão empresarial ▪ Melhorar a organização contábil das empresas que atuam no setor ▪ Aperfeiçoar a oferta de garantias ▪ Ampliar a internalização das riquezas produzidas no Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA, FECOMÉRCIO, CDL e ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS: Realização de palestras para a divulgação e utilização das linhas de crédito de apoio ao segmento ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Simplificação do processo de análise de crédito com a dispensa de projeto completo para capital de giro isolado e máquina isolada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Ampliar o processo de simplificação do crédito

Quadro III: Oportunidades de Negócios Sustentáveis nas Áreas Jurisdicionadas das Agências do Banco da Amazônia no Estado

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Abaetetuba	Açaí e Dendê	<p><u>Açaí</u></p> <p>Municípios de Abaetetuba, Barcarena e Moju</p> <p><u>Dendê</u></p> <p>Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Acará e Moju</p>	<p><u>Açaí</u>: aglomerado pouco estruturado, mas com grande potencial para se desenvolver; atividade em fase de transição do modelo predominantemente extrativista para o manejo sustentável, sendo trabalhada principalmente por agricultores familiares; carência de unidades industriais instaladas nos municípios produtores.</p> <p><u>Dendê</u>: em fase de expansão com o cultivo envolvendo pequenas, médias e grandes empresas e produtores rurais; existência de indústrias instaladas na região e outras empresas que estão se instalando; assistência técnica de boa qualidade, prestada principalmente pela EMBRAPA e técnicos de empresa privada; material genético para produção de mudas importado do Estado do Amazonas e de outros países, como a Costa Rica.</p>
Alenquer	Pecuária Leiteira e Fruticultura	Municípios de Alenquer e Curuá	<p><u>Pecuária Leiteira</u>: bacia leiteira em formação; laticínio implantado necessitando de alguns ajustes para liberação do SIF o que vai proporcionar condições de expansão das vendas fora dos municípios; possibilidade de escoamento da produção; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural e de mercado consumidor.</p> <p><u>Fruticultura</u>: existência de uma empresa em fase de instalação na região, com projeto para implantação de uma indústria para beneficiamento de frutas, com foco no açaí, cupuaçu e banana. Já iniciou o plantio próprio e pretende fazer parcerias com agricultores familiares para implantação de 10.000 hectares de açaí para atender a demanda prevista da indústria.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Altamira	Cacau, Madeira, Pecuária de Corte e Pecuária Leiteira	Municípios de Altamira, Medicilândia e Brasil Novo	<p><u>Cacau</u>: aglomerado bem estruturado e em expansão; com grandes empresas de comercialização instaladas na região; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural e capacitação especializada dos produtores realizada pela CEPLAC; infraestrutura logística em boa condição.</p> <p><u>Madeira (Manejo Florestal e Reflorestamento)</u>: atividades iniciadas na região e em expansão por serem alternativas viáveis para recomposição florística de áreas alteradas, com fins econômicos para a reativação das indústrias madeireiras; infraestrutura logística em boas condições; principais essências iniciadas teca, paricá, seringueira e mogno (podendo ser consorciadas com a atividade cacaeira).</p> <p><u>Pecuária de Corte (Formação de Pastagem sem Desmatamento)</u>: em função das exigências ambientais na região a previsão é que haja expansão moderada do rebanho para o ano de 2010, com aprimoramento e adoção de novas tecnologias; região de zona livre de aftosa; existência de frigoríficos com SIF e SIM, que absorvem toda a produção da região, com capacidade efetiva de 800 cab./dia.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: bacia leiteira em expansão; laticínio em Vitória do Xingu com capacidade de processamento instalada de 100 mil litros/dia; escoamento da produção ainda é feito em latões sobre caminhões até as plataformas de beneficiamento; sistema de produção de leite a pasto necessitando de incrementos nutricionais, genéticos e tecnológicos.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Belém-Centro e Belém-Reduto	Apicultura, Avicultura, Horticultura e Mandioca	Município de Santa Izabel do Pará	<p><u>Apicultura:</u> atividade desenvolvida principalmente por agricultores familiares; conta com o apoio da assistência técnica e extensão rural através da EMATER; existência de capacitação técnica dos produtores; condições favoráveis de infraestrutura de produção e comercialização; mercado consumidor potencial.</p> <p><u>Avicultura:</u> concentração de grandes abatedouros e empresas distribuidoras de frangos de corte. É significativo o número de grandes e pequenos criadores, tanto de corte quanto de postura. Inúmeras granjas já utilizam tecnologia de ponta, como distribuidores automáticos de água e ração e medicamentos, além de climatizadores com controle automático de temperatura e umidade.</p> <p><u>Horticultura:</u> principal produtor de hortaliça do Estado, notadamente de folhas e legumes. Sua produção supre a demanda do município e atende a Central de Abastecimento (CEASA). Há necessidade de se melhorar a assistência técnica visando à implantação de novos sistemas de produção (plasticultura, orgânicas, micro irrigação), bem como o ensino quanto ao uso de pesticidas menos agressivos ao ser humano e ao meio ambiente.</p> <p><u>Mandioca:</u> além de suprir o mercado local, abastece a Capital. O sistema de produção precisa ser modernizado para elevar a produtividade. O Município de Santa Izabel do Pará é grande produtor de farinha de mandioca e de farinha de tapioca.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Belém-Pedreira	Apicultura (agricultura familiar), Açaí, Mandioca, Feijão Caupi e Horticultura	<p><u>Apicultura</u> Municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas e Santa Izabel do Pará</p> <p><u>Açaí</u> Municípios de Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Breves, Melgaço, Anajás, Gurupá Bujaru e Ananindeua</p> <p><u>Mandioca</u> Municípios de Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Bagre, Breves, Melgaço, Anajás, Gurupá Bujaru, Ananindeua, Benevides, Santa Izabel do Pará e Vigia</p> <p><u>Feijão Caupi e Horticultura</u> Municípios de Vigia e Santa Izabel do Pará</p>	<p><u>Apicultura</u>: atividade em expansão, mas com produção ainda insuficiente para atender o mercado; comercialização feita por pequenas indústrias de produtos fitoterápicos; existência de escritórios da EMATER com boa infraestrutura e técnicos disponíveis; apicultores capacitados através de cursos promovidos pelo SEBRAE.</p> <p><u>Açaí</u>: aglomerado pouco estruturado, mas com grande potencial para se desenvolver; atividade em fase de transição do modelo predominantemente extrativista para o manejo sustentável, sendo trabalhada principalmente por agricultores familiares; carência de unidades industriais instaladas nos municípios produtores.</p> <p><u>Mandioca</u>: serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela EMATER; produção voltada exclusivamente para o Estado do Pará; baixo nível de organização dos produtores.</p> <p><u>Feijão Caupi</u>: existência de solo adequado para a cultura; baixo nível de organização dos produtores; infraestrutura de apoio à produção deficiente necessitando de armazéns, expansão da rede de energia elétrica e construção e conservação de estradas e vias.</p> <p><u>Horticultura</u>: existência de solo adequado para a cultura; baixo nível de organização dos produtores; assistência técnica prestada pela EMATER, expansão da rede de energia elétrica.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Bragança	Feijão Caupi e Turismo	Municípios de Bragança, Augusto Corrêa, Viseu e Tracuateua	<p><u>Feijão Caupi</u>: existência de solo adequado para o cultivo do produto; carência de armazéns para atender a produção; baixo nível de organização dos produtores; boa infraestrutura energética e de estradas. Na safra 2008/2009 houve uma superprodução no Nordeste Paraense que culminou com a queda nos preços e dificuldade de comercialização.</p> <p><u>Turismo</u>: existência de praias e córregos de grande beleza natural; infraestrutura hoteleira deficiente; acesso facilitado; sazonalidade resumida a Julho e dezembro, na existindo atrativos para os demais períodos.</p>
Cametá	Beneficiamento de frutas regionais, especialmente o açaí	Municípios de Cametá, Baião, Mocajuba e Igarapé Miri	Região estrategicamente bem localizada para o escoamento da produção, sendo servida por rodovias em boas condições de trafegabilidade e contando com energia elétrica, assistência técnica e capacitação dos produtores, mesmo que ainda de forma deficiente. Existe grande produção de açaí nativo, com capacidade para intensificar a produção com o manejo e o adensamento.
Capanema	Feijão Caupi e Mandioca	Município de Capanema	<p><u>Feijão Caupi</u>: produção destinada ao mercado paraense e Nordeste do País; existência de boa infraestrutura viária; apoio da assistência técnica e extensão rural através da EMATER; baixo nível de capacitação e organização dos produtores.</p> <p><u>Mandioca</u>: serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela EMATER; produção voltada exclusivamente para o Estado do Pará; bom nível de organização dos produtores; baixa produtividade.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Carajás	Madeira (Reflorestamento), Pecuária Leiteira e Pecuária de Corte (Formação de Pastagem sem Desmatamento)	Municípios de Eldorado dos Carajás, Canaã dos Carajás, Parauapebas e Curionópolis	<p><u>Madeira (Reflorestamento)</u>: alternativa viável para recomposição florística de áreas alteradas, bem como para o carvoejamento como fonte energética para a indústria siderurgia; infraestrutura logística em boas condições.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: bacia leiteira em expansão; laticínios com capacidade de processamento instalada superior a 200 mil litros/dia; escoamento da produção ainda é feito em latões sobre caminhões até as plataformas de beneficiamento; sistema de produção de leite a pasto necessitando de incrementos nutricionais, genéticos e tecnológicos.</p> <p><u>Pecuária de Corte (Formação de Pastagem sem Desmatamento)</u>: rebanho em expansão; pressão sobre a fronteira pecuária inalterada nos últimos dois anos; existência de frigoríficos com SIF e SIM que absorvem toda a produção da região.</p>
Castanhal	Agroindústria (Fruticultura)	Municípios de Castanhal, Inhangapí e Terra Alta	Atividade em expansão com a produção sendo exportada para o mercado nacional (regiões Sul e Sudeste do País) e mercado internacional (Estados Unidos, Europa, Canadá e Japão); produção realizada principalmente por médias e grandes empresas; apoio da assistência técnica; existência de boa infraestrutura logística.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Conceição do Araguaia	Beneficiamento do Abacaxi, Pecuária de Corte e Pecuária Leiteira	<p><u>Beneficiamento do Abacaxi</u> Municípios de Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia</p> <p><u>Pecuária de Corte</u> Municípios de Conceição do Araguaia e Santa Maria das Barreiras</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u> Municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia e Santa Maria das Barreiras</p>	<p><u>Beneficiamento do Abacaxi</u>: agroindústria estruturada existindo uma em Conceição do Araguaia e outra em Floresta do Araguaia; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural.</p> <p><u>Pecuária de Corte</u>: atividade em fase de crescimento, aprimoramento e adoção de novas tecnologias; existência de boa infraestrutura logística; comercialização da produção feita no Pará e Regiões Nordeste e Sudeste do País.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: bacia leiteira em expansão; existência de laticínios estruturados que atendem aos mercados do Pará, Piauí, Maranhão e Região Sudeste; assistência técnica e extensão rural deficiente.</p>
Eldorado dos Carajás	Pecuária Leiteira	Municípios de Eldorado dos Carajás e São Geraldo do Araguaia	Atividade em expansão contando com o apoio técnico do SEBRAE, das Prefeituras e do Governo do Estado; existência de ATER; presença de laticínios na região; mercado consumidor interno com demanda em crescimento; baixa produtividade; processos produtivos deficientes; baixa qualidade dos animais; baixa qualificação do produtor.
Icoaraci	Agroindústria de Pescado e Madeira	Município de Belém e seus Distritos e alguns Municípios do Arquipélago do Marajó (Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista e Muaná)	<p><u>Agroindústria de Pescado</u>: existência de assistência técnica, capacitação, mercado e infraestrutura logística (armazenamento, comercialização); escoamento da produção e energia elétrica deficientes na região das ilhas.</p> <p><u>Madeira</u>: mercado de exportação de madeira encontra-se instável devido a rigorosa legislação e redução generalizada nas exportações; capacidade industrial já instalada.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Igarapé-Miri	Açaí e Mandiocultura	Municípios de Igarapé-Miri e Mocajuba	<p><u>Açaí</u>: mercado em expansão; existem duas agroindústrias no Município de Igarapé-Miri para absorção e beneficiamento do açaí; necessidade de melhor assistência técnica e extensão rural; existe forte elevação dos preços do produto in natura; baixa produtividade; ausência de investimentos para manejo e adensamento.</p> <p><u>Mandioca</u>: existência de mercado consumidor; há uma feccularia no Município de Moju com demanda de 100ton/dia de mandioca; assistência técnica deficiente; baixa produtividade.</p>
Itaituba	Madeira (Manejo Florestal e Reflorestamento) e Pecuária Leiteira	Municípios de Itaituba, Trairão, Rurópolis e Jacareacanga	<p><u>Madeira (Manejo Florestal e Reflorestamento)</u>: aglomerado com características predominantemente extrativistas; baixo valor agregado; existência de infraestrutura logística e mercado consumidor. Existem duas empresas de médio porte que já fazem a exportação de madeira beneficiada e necessitam de madeira certificada para atender a demanda do mercado externo.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: em andamento estudo para diagnóstico da produção leiteira na região e da viabilidade de implantar um laticínio em Itaituba como parte das ações para implantação do APL. O estudo é fruto de convênio celebrado entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado e o SEBRAE. Os Municípios de Trairão e Rurópolis já contam com laticínios de pequeno porte, sendo que nos últimos dois anos os produtores vêm migrando da pecuária de corte para a pecuária leiteira, que demanda menos áreas de pastagens e possibilita melhor condição econômica e financeira para o pequeno agricultor familiar.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Marabá	Madeira (Reflorestamento), Pecuária de Corte e Mineração (Ferro Gusa)	Município de Marabá e todos os municípios que integram sua microrregião	<p><u>Madeira (Reflorestamento)</u>: existência de assistência técnica, capacitação e infraestrutura logística; demanda crescente para produção de carvão vegetal; burocracia e morosidade para obtenção de licenças ambientais e autorização de corte.</p> <p><u>Pecuária de Corte</u>: existência de grande rebanho, produtividade, capacitação e infraestrutura; demanda crescente no consumo de carne; zona livre da aftosa possibilitando a exportação (mercado interno e externo); existência de frigoríficos e curtume que atendem o mercado interno (regional) e externo; ausência de ZEE.</p> <p><u>Mineração (Ferro Gusa)</u>: existência de 10 usinas de ferro nos arredores do Município de Marabá (perspectiva de implantação nos próximos anos de siderúrgica de grande porte, que juntamente com outra empresa já instalada farão a verticalização do ferro gusa); dispõe de capacitação e infra-estrutura logística.</p>
Monte Alegre	Madeira (Reflorestamento)	Município de Almeirim (entorno de Monte Dourado/Projeto Jari)	<p><u>Madeira (Reflorestamento)</u>: aglomerado baseado no eucalipto para produção de celulose; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural. Há concentração na região de Almeirim onde existe projeto de empresa privada de plantio e aproveitamento da madeira, fato que vem estimulando a expansão a produtores de áreas próximas.</p>
Novo Progresso	Madeira (Sistema Silvo-Pastoril) e Pecuária de Corte (Formação de Pastagem sem Desmatamento)	Municípios de Novo Progresso e sul do Município de Altamira (região de Castelo dos Sonhos)	<p><u>Madeira (Sistema Silvo-Pastoril) e Pecuária de Corte</u>: grande potencial para sistema silvo-pastoril; existência de assistência técnica e extensão rural; bom nível de capacitação dos produtores; mercado potencial; escoamento da produção deficiente durante o inverno; falta regularizar a documentação de terras dos produtores que ocupam a área há mais de 30 anos.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Novo Repartimento	Pecuária Leiteira	Município de Novo Repartimento	Atividade em expansão com a organização social em cooperativas e associações; a atividade é apoiada pela Prefeitura e Governo do Estado; existência de ATER; mercado com a presença de laticínios na região; mercado consumidor interno com demanda em crescimento; baixa produtividade; processos produtivos deficientes; baixa qualidade dos animais; baixa qualificação do produtor.
Óbidos	Piscicultura e Mandioca	Municípios de Óbidos, Oriximiná e Terra Santa	<u>Piscicultura</u> : em desenvolvimento nos lagos de Oriximiná; <u>inexistência</u> de serviços de assistência técnica; capacitação realizada pela SAGRI. <u>Mandioca</u> : cultivada no Município de Óbidos com o apoio da Prefeitura local.
Pacajá	Madeira (Manejo Florestal e Reflorestamento)	Municípios de Pacajá e Anapú	<u>Madeira (Manejo Florestal e Reflorestamento)</u> : experiência iniciada com plantio de paricá; atividade potencial contando com a adesão de pequenos produtores; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; capacitação realizada por grupo privado; possibilidade de escoamento da produção; mercado potencial.
Paragominas	Produção de Móveis, Madeira (Reflorestamento) e Grãos	<u>Produção de Móveis</u> Município de Paragominas <u>Madeira (Reflorestamento) e Grãos</u> Municípios de Ulianópolis e Paragominas	<u>Produção de Móveis</u> : o Pólo Moveleiro de Paragominas encontra-se em fase final de implantação (toda a parte de infraestrutura está pronta, com prédio administrativo e espaço para o “ show-room”); assistência técnica prestada pelo SEBRAE. <u>Madeira (Reflorestamento)</u> : concentrado nas espécies paricá, teca e eucalipto; existência de boa infraestrutura logística e assistência técnica; baixa demanda no mercado externo. <u>Grãos</u> : plantio comercial em cerca de 40.000 ha de soja e milho; experiência e capacidade dos produtores; alta produtividade; solos férteis; infraestrutura de escoamento deficiente; boas condições de armazenamento; preços das <i>commodities</i> em elevação; dificuldade na regularização fundiária e ambiental; ausência de ZEE na região.

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Redenção	Pecuária de Corte, Pecuária Leiteira e Madeira (Reflorestamento)	Região Sul do Pará	<p><u>Pecuária de Corte</u>: existência de infraestrutura logística (armazenamento, comercialização, escoamento da produção e energia elétrica), frigoríficos, curtumes e mercado consumidor; dificuldades e resistência quanto à regularidade ambiental; deficiência na regularização fundiária; existência de conflitos agrários.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: existência de laticínios estruturados, de infraestrutura logística e mercado para comercialização.</p> <p><u>Madeira (Reflorestamento)</u>: reflorestamento de espécies para serra e produção energética (carvão); existência de infraestrutura logística; mercado consumidor próximo.</p>
Rondon do Pará	Reflorestamento, Pecuária de Corte e Pecuária Leiteira	Municípios de Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins e Dom Eliseu	<p><u>Reflorestamento</u>: atividade em ascensão na região devido ao amplo mercado interno e externo da espécie paricá, cuja madeira é utilizada na indústria moveleira na forma de compensados.</p> <p><u>Pecuária de Corte</u>: atividade tradicional de médios e grandes produtores da região; comercialização feita a frigoríficos ou através da venda de animais “ em pé” para os países do Oriente Médio, através do Porto de Belém.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: atividade em fase de expansão, sendo desenvolvida principalmente por mini e pequenos produtores; comercialização realizada pelas indústrias de laticínios instaladas na região, que destinam o produto final, principalmente, para os Estados da Região Nordeste.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Rurópolis	Pecuária de Leite, Cacau e Urucum	Municípios de Rurópolis e Placas	<p><u>Pecuária Leiteira:</u> bacias leiteiras formadas com 10.000 l/dia, caindo para 7.000 l/d no período chuvoso (Placas) e 5.000 l/d, caindo para 1.500 l/d (Rurópolis); existência de dois pequenos laticínios em Placas e um em Rurópolis; dispõe de serviços de assistência técnica e capacitação; escoamento da produção deficiente durante o período chuvoso; mercado em expansão com demanda não atendida.</p> <p><u>Cacau e Urucum:</u> aglomerado bem estruturado; existência de assistência técnica e capacitação dos produtores; infraestrutura logística adequada; mercado concentrado em poucos compradores regionais e muitos compradores locais.</p>
Santarém	Piscicultura, Fibras, Fruticultura, Alimentos Básicos e Biodiesel	Municípios de Santarém e Belterra	<p><u>Piscicultura:</u> dispõe de assistência técnica e extensão rural, porém o número de técnicos ainda é insuficiente; baixo nível tecnológico; capacitação insuficiente.</p> <p><u>Fibras:</u> crescente demanda industrial por fibra vegetal de curauá, constantemente em falta no mercado; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; baixa capacitação dos produtores; mercado em expansão com demanda não atendida.</p> <p><u>Fruticultura:</u> as principais culturas na região são açaí e o abacaxi, ambas com grande potencial no mercado interno; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; baixa capacitação dos produtores.</p> <p><u>Alimentos Básicos:</u> crescente demanda; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; baixa capacitação.</p> <p><u>Biodiesel:</u> elevada potencialidade devido à produção de grãos; não dispõe de assistência técnica e capacitação dos produtores; os grãos produzidos são destinados, de modo geral, para o consumo.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
São Félix do Xingu	Cacau	Município de São Felix do Xingu	As áreas de cultivo são de excelente qualidade; infraestrutura viária deficiente; assistência técnica prestada pela EMATER, COOTAGRO e CEPLAC; preço do produto estável; mercado em expansão.
São Miguel do Guamá	Oleiro-cerâmico	Municípios de São Miguel do Guamá e Irituia	Existência de mercado consumidor (principalmente as cidades de Belém, Castanhal, Santa Maria do Pará, Capanema e Salinópolis); estradas em boas condições de trafegabilidade com o escoamento da produção sendo realizado através das rodovias BR-010 e BR-316; baixo nível de capacitação e organização dos produtores; regularização ambiental formalizada pela maior parte das empresas; problemas na recomposição de áreas antigas; baixa qualificação técnica da mão-de-obra; pouca variedade de produtos.
Soure	Açaí, Abacaxi, Aquicultura (Piscicultura em tanque rede ou escavado), Bubalinocultura de Corte e Leite e Ovino-Caprinocultura	Municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari	<p><u>Açaí</u>: no Município de Cachoeira do Arari existem muitas áreas de açais nativos; previsão de abastecimento de energia elétrica em várias comunidades, mercado potencial; assistência técnica deficiente.</p> <p><u>Abacaxi</u>: o Município de Salvaterra é um dos maiores produtores de abacaxi do Estado; assistência técnica deficiente; mercado potencial.</p> <p><u>Aquicultura</u>: assistência técnica deficiente; baixa capacitação dos produtores; infraestrutura de armazenamento precária.</p> <p><u>Bubalinocultura de Corte e Leite</u>: municípios com tradição na produção de queijo do Marajó; mercado consumidor potencial; pecuária praticada, principalmente, em áreas de campos naturais; necessidade de investimentos em pequenas unidades agroindustriais familiares visando melhorar a qualidade do queijo.</p> <p><u>Ovino-caprinocultura</u>: atividade praticada por um expressivo número de produtores rurais. São necessários investimentos em instalações pecuárias, na melhoria genética dos rebanhos e capacitação técnica dos produtores.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Tailândia	Madeira, Carvão e Dendê	Município de Tailândia	<p><u>Madeira e Carvão</u>: carência de tecnologia que minimize o impacto socioambiental; falta de políticas públicas eficazes para otimizar e agregar valor ao setor; infraestrutura viária em boa condição; assistência técnica deficiente.</p> <p><u>Dendê</u>: área de plantio em expansão; região adequada para o cultivo do produto; mercado potencial; assistência técnica deficiente.</p>
Tomé-Açu	Reflorestamento, Dendê, Pimenta - do - Reino, Maracujá, Cupuaçu, Cacau, Mandioca, Açaí e Essências Florestais	Municípios de Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Acará	<p><u>Reflorestamento</u>: atividade em processo de crescimento; excessiva burocracia para a regularização ambiental; dificuldade para a legalização fundiária.</p> <p><u>Dendê</u>: instalação de empresa de grande porte que está plantando grandes áreas e que irá realizar o processamento; área de plantio em expansão; região adequada para o cultivo do produto; mercado potencial.</p> <p><u>Pimenta - do - Reino, Maracujá, Cupuaçu, Cacau, Mandioca, Açaí e Essências Florestais</u>: assistência técnica deficiente; estradas e vicinais precárias; bom nível de organização dos produtores; mercado potencial.</p>
Tucumã	Laticínio e Reflorestamento	Municípios de Tucumã, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte, Xinguara e São Felix do Xingu	<p><u>Laticínio</u>: localização estratégica das indústrias de laticínio (todas estão situadas próximo à rodovia PA-279); boas condições de infraestrutura logística; existência de vários resfriadores em pontos estratégicos nas vicinais para coleta direta com os produtores; mercado consumidor local e estadual (incipiente exportação para outros Estados); baixa produtividade de leite; nível de modernização das propriedades rurais incipiente; baixa qualidade genética dos animais; carência de capacitação do produtor rural.</p> <p><u>Reflorestamento</u>: atividade em expansão; mercado ascendente para carvão; dificuldade na regularização fundiária; burocracia para a legalização ambiental.</p>

Agência	Oportunidades de Negócios Sustentáveis	Abrangência Territorial	Diagnóstico Situacional
Tucuruí	Madeira (Reflorestamento) e Piscicultura (em tanque-rede ou escavado)	Municípios de Tucuruí, Breu Branco e Goianésia	<p><u>Madeira (Reflorestamento)</u>: dispõe de assistência técnica e capacitação; estradas em boas condições; infraestrutura logística adequada (capacidade para armazenar e beneficiar toda a produção gerada na região); em fase de implantação o Distrito Industrial de Tucuruí.</p> <p><u>Piscicultura</u>: bom nível de organização dos produtores; existência de assistência técnica e capacitação; infraestrutura viária em boa condição; aproveitamento do potencial aquícola do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; a implantação do Parque Industrial de Tucuruí absorverá e comercializará toda a matéria-prima produzida da região do Lago.</p>
Uruará	Cacau, Pecuária Leiteira e Madeira (Reflorestamento)	Município de Uruará	<p><u>Cacau</u>: aglomerado bem estruturado; assistência técnica deficiente; capacitação dos produtores incipiente; o produto sai da região in natura; infraestrutura logística inadequada (as condições das estradas para escoamento da produção estão em estado precário); mercado concentrado em poucos compradores.</p> <p><u>Pecuária Leiteira</u>: atividade em crescimento no Município; infraestrutura viária deficiente; mercado potencial.</p> <p><u>Madeira (Reflorestamento)</u>: a atividade oferece boas perspectivas para o Município e região; demanda em expansão; assistência técnica deficiente; excessiva burocracia para a obtenção do licenciamento ambiental.</p>

4.2.3. PROJETOS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) NO ESTADO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, objetiva acelerar o ritmo de crescimento da economia brasileira, aumentar o emprego e a renda, diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter a solidez dos fundamentos macroeconômicos.

O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado e aumentar os investimentos públicos em infraestrutura, além de remover obstáculos ao crescimento econômico. Suas medidas estão organizadas em cinco blocos:

- I. Investimento em infraestrutura;
- II. Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- III. Melhora do ambiente de investimento;
- IV. Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e
- V. Medidas fiscais de longo prazo.

Por meio das ações do PAC, o Governo Federal pretende conciliar quatro objetivos macroeconômicos: crescimento com distribuição de renda, estabilidade monetária, equilíbrio externo e redução das desigualdades regionais.

O Quadro IV, demonstrado a seguir, apresenta o mapeamento dos projetos do PAC no Estado do Pará:

Quadro IV: Mapeamento dos Projetos do PAC no Estado do Pará

Projeto	Localização
Aeroporto de Santarém – Projeto do Novo Terminal de Passageiros	Santarém
Eclusas de Tucuruí – Construção de eclusas no Rio Tocantins	Tucuruí
Terminal Hidroviário de Monte Alegre	Monte Alegre
Terminal Hidroviário de Santarém	Santarém

Projeto	Localização
Terminal Hidroviário de Breves	Breves
Hidrovia do Tocantins – Dragagem	Rio Tocantins (a partir da Cidade de Tucuruí)
Construção de 15 embarcações no Estado do Pará	Belém
Porto de Vila do Conde – Ampliação do Píer Principal e Construção da rampa <i>roll-on, roll-off</i>	Barcarena
Porto de Vila do Conde – Projeto de construção do Terminal de Múltiplo Uso/TM2	Barcarena
BR 230/PA – Ponte sobre o Rio Araguaia	Marabá
BR 230/PA – Construção e pavimentação do trecho Marabá/Altamira/Medicilândia/Rurópolis	Cidades localizadas na Rodovia BR 230 Transamazônica de Marabá a Rurópolis
BR 163/PA/MT – Construção e pavimentação do trecho 1: subtrecho km 893 – km 873	Cidades do Oeste do Pará
BR 163/PA/MT – Construção e pavimentação do trecho 1: subtrecho km 914 – km 893	Cidades do Oeste do Pará
BR 163/PA/MT – Construção e pavimentação do trecho 1: subtrecho km 873 – km 789	Cidades do Oeste do Pará
BR 163/PA – Construção e pavimentação do trecho 2: subtrecho km 676 – km 355	Cidades do Oeste do Pará
BR 163/PA – Construção e pavimentação do trecho 2: subtrecho Rurópolis – km 676	Rurópolis
BR 163/PA – Construção e pavimentação do trecho 2: subtrecho Km 355 – Km 103	Cidades do Oeste do Pará
BR 163/PA – Construção e pavimentação do trecho 2: subtrecho Km 103 – Divisa PA/MT	Cidades do Oeste do Pará
BR 163/PA – Pavimentação do acesso a Miritituba	Miritituba
Ferrovia Norte Sul – Prolongamento da Ferrovia Norte Sul no trecho Açailândia (MA) / Barcarena	Cidades ao Longo da Ferrovia Norte Sul

Projeto	Localização
Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte	Altamira, Anapu e Vitória do Xingu
Construção da Usina Termelétrica a Carvão	Barcarena
Construção da Linha de transmissão de energia elétrica: Interligação Tucuruí – Jurupari	Tucuruí
Construção da Linha de Transmissão de energia elétrica: Interligação Oriximiná – Cariri	Oriximiná
Construção da Linha de Transmissão de energia elétrica: Interligação Jurupari – Oriximiná	Oriximiná
Construção da Linha de Transmissão de energia elétrica: Interligação Norte/Sul III Marabá – Serra da Mesa	Marabá
Bacia do Rio Tapajós – Inventário de Geração de Energia Elétrica	Oeste do Pará
Bacia do Rio Jarí – Inventário de Geração de Energia Elétrica	Almeirim
Bacia do Rio Araguaia – Inventário de Geração de Energia Elétrica	Cidades do Sudeste do Pará

5. RECURSOS FINANCEIROS: INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica o Banco da Amazônia utiliza os seguintes instrumentos econômico-financeiros para aplicação no Estado:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)** – criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte. É operacionalizado através de três programas de financiamento: o *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF)*, o *Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-BIODIVERSIDADE)* e o *Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL)*.
- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)** – atende, através dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural e PRONAF, exclusivamente, micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar.
- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)** – destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM)** – atende à empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).
- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** – destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.
- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU)** – atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- **Recursos de Sustentação Econômica** – os recursos provenientes da carteira de sustentação econômica do Banco da Amazônia atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo.

5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2010, a estimativa de recursos para alocação no Estado do Pará é de **R\$ 1.278,74 milhões**, conforme demonstração no Quadro V. Esses recursos, originários das fontes de fomento (FNO, FAT, BNDES e OGU) e de sustentação econômica, deverão atender às necessidades de financiamento prioritárias, de acordo com a importância das atividades para a economia do Estado. Adicionalmente, também serão disponibilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), cujas dotações em 2010 para aplicação na Amazônia são de, respectivamente, R\$ 1 bilhão e R\$ 150 milhões.

Quadro V: Estimativa de Recursos para Alocação no Estado em 2010

Fonte	R\$ Milhões
Recursos de Fomento	881,49
FNO	874,59
FAT	1,10
BNDES	4,80
OGU	1,00
Recursos de Sustentação Econômica	397,25
Total	1.278,74

A distribuição percentual por programas de financiamento, segmentos econômicos e porte dos empreendedores dos recursos de fomento (FNO, FAT e BNDES) é apresentada nos Quadros VI, VII e VIII, a seguir. Quanto aos recursos do OGU, sua destinação é exclusivamente para a agricultura de base familiar.

Quadro VI: Dotação do FNO para 2010 (R\$ 874,59 Milhões)

Programa	%	Porte (em %)				Total
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	
FNO-PRONAF	20	100				100
- Grupo A	10	100				100
- Demais Segmentos	10	100				100
FNO- Amazônia Sustentável/ FNO-Biodiversidade	80	35	16	27	22	100
Total	100					

Quadro VII: Dotação do FAT para 2010 (R\$ 1,10 Milhão)

Segmento	%	Porte (em %)		
		Mini/ Micro	Pequeno	Total
Agricultura Familiar e Extrativismo	10	100		100
Agroindústria	25	50	50	100
Indústria	25	40	60	100
Comércio e Serviço	30	40	60	100
Turismo	10	40	60	100
Total	100			

Quadro VIII: Dotação dos Recursos do BNDES para 2010 (R\$ 4,80 Milhões)

Segmento	%	Porte (em %)				
		Mini/ Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Agropecuária	15	10	10	40	40	100
Agroindústria	10	10	10	40	40	100
Indústria	20	10	10	40	40	100
Turismo	10	10	10	40	40	100
Comércio e Serviço	15	10	10	40	40	100
Infraestrutura	20	10	10	40	40	100
Exportação	10	10	10	40	40	100
Total	100					

6. RESULTADOS ESPERADOS: RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

6.1. RESULTADOS QUALITATIVOS

6.1.1. PARA A ECONOMIA DO ESTADO:

- Agregação de valor à produção estadual;
- Elevação do Produto Interno Bruto do Estado;
- Ampliação da base produtiva e da arrecadação fiscal;
- Ampliação da infraestrutura econômica e social;
- Aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- Redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;
- Contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- Estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento das cadeias produtivas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias estaduais;
- Fortalecimento dos arranjos produtivos locais;
- Minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- Promoção da auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos estaduais; e
- Estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais.

6.1.2. PARA OS BENEFICIÁRIOS:

- Satisfação na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- Crescimento dos seus negócios;
- Conscientização da importância do seu empreendimento para o desenvolvimento local e regional;
- Elevação da renda real do empreendedor/produtor;
- Melhoria da qualidade de vida do empreendedor/produtor, de seus familiares e empregados; e
- Criação de oportunidades de trabalho para os membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

6.1.3. PARA OS CONSUMIDORES:

- Expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local;
- Maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhoria do padrão alimentar da população.

6.1.4. PARA O MEIO AMBIENTE:

- Conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de melhores práticas produtivas que promovam o desenvolvimento da Região em bases mais sustentáveis;
- Reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas; e
- Contenção do avanço do desmatamento desordenado.

6.1.5. PARA O BANCO DA AMAZÔNIA:

- Execução das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Região;
- Consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável; e
- Fortalecimento Institucional e reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável da Amazônia para que a Região atinja patamares inéditos de sustentabilidade a partir do empreendedorismo consciente.

6.2. RESULTADOS QUANTITATIVOS

Com base na estimativa de recursos a serem alocados no Estado em 2010, projeta-se, entre outros resultados, a criação de novas oportunidades de trabalho, o incremento do valor bruto da produção estadual, a diminuição do êxodo rural, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza, o aumento do PIB estadual, a ampliação da arrecadação tributária e o financiamento de **53.864** beneficiários/projetos, conforme demonstrado no Quadro IX:

Quadro IX: Estimativa de Beneficiários/Projetos a serem Financiados no Estado em 2010

Fonte	Recursos a Alocar (R\$ Milhões)	Beneficiários/ Projetos a Financiar (Unidade)
Recursos de Fomento	881,49	25.298
FNO	874,59	24.661
FAT	1,10	44
BNDES	4,80	9
OGU	1,00	584
Recursos de Sustentação Econômica	397,25	28.566
Total	1.278,74	53.864

ANEXOS

ANEXO I

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO PARA A APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2010

1. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ)
2. Associação Comercial do Pará (ACP)
3. Banco da Amazônia
4. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)
5. Companhia Paraense de Turismo (PARATUR)
6. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
7. Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA)
8. Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)
9. Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI)
10. Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP)
11. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
12. Organização das Cooperativas Brasileiras/Serviço Nacional de Atividades do Cooperativismo (OCB/SESCOOP)
13. Organização das Micro e Pequenas Empresas (OMIPEM)
14. Prefeitura Municipal de Alenquer
15. Prefeitura Municipal de Aveiro
16. Prefeitura Municipal de Belterra
17. Prefeitura Municipal de Santarém
18. Prefeitura Municipal de Novo Progresso
19. Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI)
20. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT)
21. Secretaria de Estado de Educação (SEDUC)
22. Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR)
23. Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAQ)
24. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF)
25. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PA)